

GOVERNO LANÇA METAS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Palácio do Planalto

Sede da Presidência da República, com projeto de Oscar Niemeyer (1907-2012) de 1958. Seu nome faz referência à região geográfica na qual está inserida Brasília. As colunas são uma variação daquelas do Palácio da Alvorada. O edifício com quatro níveis da Alvorada tem a mesma aparência de uma escada invertida. O Palácio do Planalto é o ponto de partida para o acesso onde o Presidente da República realiza sua posse.



DE OLHO NA ECONOMIA

Executivo busca equilíbrio para autonomia financeira do Banco Central por meio do Conselho Monetário Nacional;



DESTAQUE INTERNACIONAL

Quinquenário das relações Brasil e China dá espaço para os questionamentos da relação de dependência entre os países;



VISÃO DO ESPECIALISTA

Nesta semana, o analista de política do NEP/FRB, Gabriel Lana, fala sobre a realidade das favelas no Brasil.

AGENDA DO PLANALTO

Na última segunda-feira (26), o Conselho Nacional de Política Energética aprovou a Política Nacional de Transição Energética – PNTE.

O PNTE estabelece as diretrizes que orientarão a estratégia nacional para transição energética, que é um dos pilares para idealização da meta de carbono neutro estabelecida na COP 28 em Dubai.

Vale ressaltar que o PNTE não é uma política pública, é um instrumento utilizado para orientar outras políticas públicas que serão criadas ou já estão em execução, assim, é possível compreender que essa estratégia nacional é um conjunto de objetivos a serem perseguidos. Dado o contexto mundial de descarbonização, especialmente nos países mais desenvolvidos, a definição de uma agenda programática para a transição energética é positiva e reforça movimentos realizados pelos Poderes ao longo do ano de 2023 e no 1º semestre de 2024.

Nesse período, a Câmara dos Deputados deu uma atenção especial à chamada “Agenda Verde” e aprovou projetos importantes, como a Política Nacional de Hidrogênio, o Marco das Eólicas Offshore e o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN).

Outro aspecto relevante a ser analisado é a ampliação do programa “Auxílio Gás”, o qual será rebatizado para “Gás para todos”. O Governo propõe ampliar o programa e alterar o formato do serviço, ofertando o próprio bujão de gás no lugar do auxílio em dinheiro.

As mudanças podem ser positivas, pois, ofertando o gás ao invés do dinheiro, a política pública garante que não haverá desvio de finalidade na aplicação do recurso lá na ponta, ou seja, no consumidor final. Além disso, o governo passa a regular o preço do gás para pessoas em situação de vulnerabilidade de diferentes regiões do país. Entretanto, é importante ressaltar que um possível ponto negativo seria o aumento do valor do gás vendido ao governo, o que poderia aumentar exponencialmente os gastos públicos com o programa ou até mesmo impactar no volume dos seus beneficiários.

Ao verificar os avanços na transição energética, é possível avaliar positivamente as medidas propostas tanto pelo Planalto quanto pelo Congresso na chamada “Agenda Verde”, contudo, os ajustes feitos na política pública voltada ao consumo de gás natural ainda precisarão ser reavaliados após a sua implementação.



DE OLHO NA ECONOMIA

Na última semana de agosto, interlocutores do Governo Federal entraram em contato com o senador Plínio Valério (PSDB/AM) com o objetivo de negociar a autonomia orçamentária do Banco Central – BC, proposta pela PEC 65/2023. O projeto original propõe que o orçamento do BC seja feito pela própria autarquia e, posteriormente, aprovado pelo Senado, semelhante ao processo de elaboração do orçamento do Executivo e do Supremo Tribunal Federal. No entanto, a PEC já foi criticada pelo Governo e pelas associações de servidores do BC, pois consideram que ela confunde autonomia com independência. Assim, o Pla-

nalto sugere que o orçamento seja elaborado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Na prática, a proposta do Executivo permite que o BC tenha alguma autonomia orçamentária, mas ainda continuará sujeito aos interesses do Planalto, afinal, a composição do CMN é diretamente ligada ao Governo, visto que o órgão é composto pelo ministro da Fazenda, ministro do Planejamento e Orçamento e pelo presidente do Banco Central do Brasil, com o BC sendo a minoria na direção do CMN. Portanto, dessa forma, o Executivo continua interferindo no orçamento da autarquia e inviabilizando a verdadeira autonomia orçamentária do órgão.



Foto: Raphael Ribeiro/BCB

DESTAQUE INTERNACIONAL

No dia 15 de agosto, Brasil e China celebraram 50 anos de relacionamento bilateral. Este marco destaca a importância da cooperação entre os dois países, que tem sido crucial para a balança comercial do Brasil.

Desde 2009, a China consolidou-se como o principal parceiro comercial do Brasil, absorvendo uma grande parte das exportações brasileiras, especialmente soja e minério de ferro.

Além disso, a China destaca-se como a maior fornecedora de bens importados pelo Brasil e tem investido significativamente em infraestrutura e setores estratégicos

no país. As duas nações também colaboram em fóruns internacionais, como o BRICS, fortalecendo ainda mais seus laços diplomáticos e econômicos.

No entanto, esses fatores expõem a economia brasileira a vulnerabilidades diante das flutuações na demanda chinesa. Essa dependência pode prejudicar a posição do Brasil em negociações internacionais e comprometer sua estratégia de desenvolvimento econômico, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e diversificada para reduzir riscos e fortalecer sua autonomia econômica.



Foto: Marina Ramos / Câmara dos Deputados



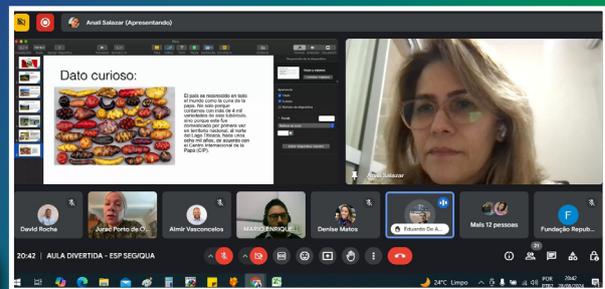
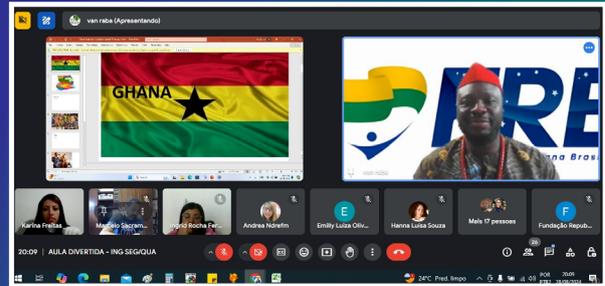
INOVAÇÃO NAS AULAS DE IDIOMAS COM A "FUN CLASS"

Nesta semana, os instrutores dos Cursos de Idiomas da FRB, Rabiú Rufayi, Karine Freitas, Mario Enrique e Anali Salazar, compartilharam uma prévia do Projeto Cultural. O encontro teve como objetivo ajudar os alunos a compreender melhor o evento e a se preparar para suas próprias apresentações.

De uma forma descontraída, os instrutores de inglês e espanhol apresentaram, em seus respectivos idiomas, as principais características dos países de origem, utilizando slides com imagens de comidas típicas, cultura e outros aspectos relevantes.

Essa iniciativa é uma excelente oportunidade para os alunos aprofundarem o conhecimento nos idiomas que estão estudando e se planejarem para suas futuras apresentações!

FIQUE ATENTO:
As inscrições para as turmas de 2025 começam em dezembro!



CALENDÁRIO ELEITORAL

3 DE SETEMBRO - TERÇA-FEIRA

Data a partir da qual estará disponível, no e-Título ou na internet, o serviço de consulta à seção de votação, atualizada com as informações a respeito da transferência temporária da eleitora ou do eleitor.

9 DE SETEMBRO - SEGUNDA-FEIRA

Data a partir da qual e até 13 de setembro de 2024, os partidos políticos, as candidatas e os candidatos deverão enviar à Justiça Eleitoral, pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), a prestação parcial de contas, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até 8 de setembro de 2024, para cumprimento do disposto no inciso II do § 4º do art. 28 da Lei nº 9.504 de 1997 (Res.-TSE nº 23.607/2019, art. 47, § 4º).



VISÃO DO
ESPECIALISTA



GABRIEL LANA

É graduado em Ciência Política pela UDF, pós-graduado em Assessoria Parlamentar pela Faculdade Republicana, graduando em Ciência de Dados e atua como analista político da Fundação Republicana Brasileira – FRB.

DOS CORTIÇOS ÀS FAVELAS

A urbanização acelerada e desigual das grandes cidades brasileiras aliada à herança escravista do país criou um dos maiores e mais complexos problemas sociais do Brasil, no qual as favelas se tornaram componentes visíveis e, ao mesmo tempo, marginalizadas da vida urbana.

Segundo uma prévia dos dados do Censo Demográfico de 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil tem mais de 11 mil favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de brasileiros. Um aumento de cerca de 40% no número de brasileiros morando em favelas nos últimos 12 anos.

O historiador brasileiro Sidney Chaloub, em seu livro “Cidade Febril”, descreve alguns aspectos do fato social que deram origem às favelas como conhecemos na atualidade.

Os cortiços, como eram chamadas as habitações coletivas de baixo padrão que surgiram como solução informal para a moradia de pessoas de baixa renda, foram o alicerce das favelas modernas. Segundo o historiador, a proliferação dos cortiços na cidade do Rio de Janeiro se deu a partir das décadas de 1850 e 1860 e esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de escravos libertos.

Os antigos cortiços eram considerados pela população e pelos jornais da época verdadeiros antros de ladrões e desordeiros, semelhante ao estigma social que ainda recai sobre as favelas contemporâneas, as quais estão corriqueiramente nos noticiários e frequentemente envolvidas na guerra urbana entre o Estado e o crime organizado.

O desmantelamento dos cortiços está inserido em um contexto político co-

nhecido no Brasil como “higienismo” e era conduzido pelas novas tendências europeias que surgiram no período chamado de “belle époque”; assim, a busca pela limpeza dos centros urbanos visando ao melhoramento do saneamento básico e à redução das doenças relacionadas à sujeira resultou no desmantelamento dos cortiços e posterior marginalização da população nos morros cobertos pela vegetação que cercam a cidade do Rio de Janeiro, conhecidos como favelas.

As atuais favelas do Brasil são habitadas em sua maioria por pessoas negras e de baixa renda, mantendo algumas tristes semelhanças com os antigos cortiços, que também eram majoritariamente habitados por pessoas negras, recém-libertas do jugo da escravidão e marginalizadas pela sociedade da sua época. Segundo o IBGE, 67% da população das favelas são pessoas que se identificam como negras. Isso é reflexo direto da herança das desigualdades construídas pela escravidão no Brasil.

Mesmo marginalizados nos centros urbanos, os moradores das favelas ainda são responsáveis por movimentar mais de R\$ 119 bilhões por ano, segundo o Instituto Locomotiva, representando uma massa econômica importante do país.



Compreender as questões sociais relacionadas às favelas é parte crucial da percepção dos desafios que deverão ser enfrentados pelos Poderes Constitucionais. Por fim, vale ressaltar que é crucial estabelecer que as favelas não são o problema, mas, sim, o desemprego, as condições de habitação, as problemáticas de acesso à água e ao saneamento básico, além da fome, que também são muito presentes nos ambientes em questão.



**SIGA A FUNDAÇÃO
REPUBLICANA BRASILEIRA
NAS REDES SOCIAIS:**

CLIQUE NOS ÍCONES ABAIXO



ACESSE:

www.fundacaorepublicana.org.br

E-MAIL:

contato@fundacaorepublicana.org.br

FUNDAÇÃO REPUBLICANA BRASILEIRA
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS (NEP)
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - FRB

DIAGRAMAÇÃO:
BRUNO EUSTÁQUIO - BG10 COMUNICAÇÃO

TEXTO:
FÁBIO VIDAL - NEP FRB
GABRIEL LANA - NEP FRB
KAMILLA DIAS - NEP FRB

REVISÃO:
TAMIRES LOPES - ASCOM FRB

APOIO:
MAZÉ RODRIGUES - ASCOM FRB
DENISE MATOS - ASCOM FRB

